

Produtos tóxicos que dependiam de variáveis como a cotação do petróleo foram encontrados na Metro do Porto, STCP, Metro de Lisboa e Carris.

A investigação aos contratos *swap* (produtos usados para proteger financiamentos da variação da taxa de juro) celebrados por 15 empresas públicas detectou casos de especulação em quatro transportadoras do Estado: Metro do Porto, STCP, Metro de Lisboa e Carris. Há situações em que estes derivados ficaram dependentes de factores tão inusitados quanto a cotação do petróleo, fazendo disparar as taxas para 20%. Goldman Sachs, JP Morgan, Deutsche Bank e BNP Paribas foram os bancos que comercializaram estes produtos tóxicos.

O PÚBLICO apurou que estas quatro empresas foram identificadas como explosivas, porque, em vez de se limitarem a contratualizar *swaps* para cumprir o objectivo a que se destinam (definir uma taxa fixa para os financiamentos), foram invadidas por derivados financeiros complexos e altamente especulativos.

Os produtos a que aderiram fazem depender as taxas a pagar aos bancos de factores completamente alheios aos empréstimos. Entraram em jogo variáveis como a evolução da cotação do petróleo ou a variação do euro face ao dólar. Há casos extremos em que estas verdadeiras apostas financeiras fizeram as taxas disparar para patamares a rondar os 20%, quando a Euribor a três meses (que é tida como referência neste tipo de contratos) está actualmente em 0,2%.

**Mais no PÚBLICO desta terça-feira e [na edição online exclusiva para assinantes](#).**

Num comunicado enviado na segunda-feira às redacções, depois de o PÚBLICO ter avançado que a saída de dois secretários de Estado do Governo [está relacionada com a contratualização de financiamentos de alto risco na Metro do Porto](#), o Ministério das Finanças reconheceu a existência de contratos com “estruturas altamente especulativas” nas empresas públicas que aderiram a estes produtos.

“Conclui-se que vários destes contratos têm características problemáticas por não se tratarem de meros instrumentos de cobertura de risco”, que deveria ser o objectivo para a adopção de s

Escrito por SNAQ  
Quarta, 24 Abril 2013 15:33 -

---

*waps*

, o termo usado para designar estes produtos.

Esta conclusão foi retirada depois de uma auditoria conduzida pela Inspeção-Geral de Finanças e pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (antigo IGCP), que fizeram “uma análise aprofundada às características destes instrumentos”, tal como o PÚBLICO noticiou na semana passada.

No comunicado, a tutela de Vítor Gaspar avança ainda que iniciou “há dois meses um processo negocial com os bancos envolvidos, dando prioridade absoluta à reparação dos prejuízos financeiros sofridos pelo Estado, da forma mais rápida e certa possível”.

As perdas potenciais associadas aos contratos celebrados por 15 empresas públicas superam já os três mil milhões de euros, como confirma o Ministério das Finanças, frisando que “estas operações foram contratadas antes da entrada em funções deste Governo”. Os prejuízos só se tornarão reais caso os bancos decidam liquidar antecipadamente estes contratos.

O período de negociação com os bancos envolvidos termina no “final desta semana”, revela a tutela, acrescentando que nessa altura “divulgará o resultado do processo negocial encetado com os bancos, bem como mecanismos que accionou tendentes a apurar eventuais responsabilidades, nos termos mais amplos admitidos”.

A Procuradoria-Geral da República, entretanto, está a recolher indícios sobre este caso: “Neste momento a Procuradoria-Geral da República [está a proceder à recolha de todos os elementos](#) que lhe permitam decidir da instauração do respectivo procedimento criminal”, revelou numa nota enviada ao PÚBLICO

Este caso já [levou à saída de dois secretários de Estado do Governo](#) : Paulo Braga Lino, da Defesa, e Juvenal da Silva Peneda, adjunto do ministro da Administração Interna, Miguel Macedo. Ambos são ex-gestores da Metro do Porto. Braga Lino foi director financeiro da empresa 2006 e 2011 e Silva Peneda pertenceu à comissão executiva entre 2004 e 2008.

### **Secretária de Estado do Tesouro afasta especulação na Refer**

Também a secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque (que foi directora financeira da REFER entre 2001 e 2007) emitiu um comunicado, a título pessoal, em que esclareceu que a empresa “não tem operações financeiras especulativas”.

“Mais se esclarece que o que tem sido posto em causa e tem vindo a ser analisado não é a legítima cobertura de risco financeiro – boa prática, e corrente, tanto no sector privado como no sector público – mas operações financeiras de natureza especulativa”, refere a governante, acrescentando que está “totalmente disponível para prestar esclarecimentos na sede adequada sobre as operações de sua responsabilidade enquanto diretora de gestão financeira da REFER”.

A saída de Maria Luís Albuquerque chegou a ser analisada pelo facto de estar ligada a uma das empresas que celebraram este tipo de contratos. No entanto, a situação da REFER é muito diferente daquela que existe na Metro de Lisboa e na Metro do Porto – as empresas que acumulam perdas potenciais mais avultadas, superiores a 1,9 mil milhões de euros.

### **O que são *swaps*?**

Os *swaps* são contratos que servem para proteger os financiamentos da variação da taxa de juro. Tal como aconteceu com as empresas públicas, centenas de empresas privadas recorreram a este mecanismo para cobrirem os riscos de uma subida desenfreada da Euribor.

No entanto, estes contratos têm-se revelado de alto risco porque geram ganhos mínimos para as empresas num cenário de subida de taxas de juro e perdas significativas quando as taxas descem.

É usada a palavra *swap*, que em inglês significa troca, porque estes instrumentos permitem substituir uma taxa variável por uma fixa (e vice-versa). Têm chegado aos tribunais muitos processos a contestar a comercialização destes derivados.

No Reino Unido, a Financial Services Authority, supervisora do sector, alcançou um acordo com os bancos, que se comprometeram a alterar os contratos e a compensar muitos dos clientes afectados.

## Contratos de alto risco em empresas públicas levaram taxa de juro para 20%

Escrito por SNAQ

Quarta, 24 Abril 2013 15:33 -

---

Por Raquel Almeida Correia *in* [Público](#)